

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

Arthur Rodrigues Barbosa Campos

ETNOMÍDIA XAKRIABÁ E A APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08 NA SALA DE AULA.

Uberlândia – MG

2025

Arthur Rodrigues Barbosa Campos

ETNOMÍDIA XAKRIABÁ E A APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08 NA SALA DE AULA.

Artigo apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para conclusão do curso de graduação em História - Licenciatura, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Patrícia Emanuelle Nascimento.

Uberlândia – MG

2025

Aos meus pais, minha irmã, meus avós e amigos. Sou grato pelo apoio incondicional e imensa compreensão. Vocês foram imprescindíveis nesta caminhada.

Sumário

Introdução:	6
Representação e silenciamento do Indígena no Ensino de História.	7
A Lei 11.645/08 e a Perspectiva Decolonial.	9
Etnomídia: o reconhecimento da voz indígena como sujeito ativo.	11
Estudo de Caso: O Povo Xakriabá e Sua Identidade, Resistência e Território.	12
Etnomídia na Prática:	14
Proposta Pedagógica: Aplicação da Etnomídia Xakriabá em Sala de Aula	19
Considerações finais.	23
REFERÊNCIAS	25

ETNOMÍDIA XAKRIABÁ E A APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08 NA SALA DE AULA.

Arthur Rodrigues Barbosa Campos

Resumo: Este trabalho parte das constatações do silenciamento dos povos originários e dos materiais do ensino de história no Brasil estarem repletos de preconceitos e estereótipos a respeito dos indígenas, prática a qual colabora com sua invisibilidade e epistemicídio. Seu objetivo principal é analisar o potencial pedagógico decolonial da etnomídia, sobretudo Xakriabá, a fim de executar efetivamente a Lei 11.645/08. Dado isso, a metodologia seguida incluiu uma bibliografia com diversos autores indígenas aliada a um estudo de caso, o qual inclui a análise de produções audiovisuais decoloniais e suas possibilidades de aplicação em sala de aula. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que a etnomídia Xakriabá possui, de fato, competência na luta contranarrativa. O ensino de história aliado à essa ideia contracolonial, como a proposta pedagogia inclusa, é capaz de estruturar uma educação antirracista, afinal, não basta saber a respeito dos indígenas é preciso ouvi-los.

Palavras-chave: Etnomídia Indígena; Povo Xakriabá; Ensino de História; Lei 11.645/08; contra colonial.

Abstract: This work stems from the finding that Indigenous peoples have been silenced and that history teaching materials in Brazil are filled with prejudices and stereotypes regarding them, a practice that contributes to their invisibility and epistemicide. Its main objective is to analyze the decolonial pedagogical potential of ethnomedia, particularly from the Xakriabá people, in order to effectively implement Law 11.645/08. The methodology, therefore, included a bibliography featuring several Indigenous authors, combined with a case study that analyzes decolonial audiovisual productions and their possibilities for classroom application. The research demonstrates that Xakriabá ethnomedia is an effective tool in the counter-narrative struggle. History teaching, when aligned with this counter-colonial idea as proposed in the pedagogical framework, is capable of structuring an anti-racist education. After all, it is not enough to know about Indigenous peoples; it is necessary to listen to them.

Keywords: Indigenous Ethnomedia; Xakriabá People; History Teaching; Law 11.645/08; Counter-colonial.

Introdução:

É de conhecimento popular que durante toda a história do Brasil a participação da população indígena na formação da nação foi negligenciada, silenciada e apagada. Desse modo, é comum observar que os brasileiros ignoram a cultura e história das populações indígenas. Esse silenciamento é cúmplice no ensino de história na educação básica. De acordo com Edson Kayapó¹, historiador, professor e escritor indígena, a forma de ensinar tradicional excludente “é tributária de práticas coloniais que reproduzem tanto o esquecimento quanto os discursos herdados da ideia do “índio” bestial, sem fé, sem rei, sem lei e dotado de uma natureza inferior, tanto biologicamente quanto culturalmente.” (Kayapó, 2023, p.18).

Os currículos pedagógicos escolares engessados, a precarização das condições de trabalho de professoras e professores que interferem na autonomia profissional, e produções narrativas que ainda têm sua lógica orientado pela perspectiva eurocêntrica são fatores que dificultam ainda mais a explanação da vivência indígena em sala de aula. Mesmo o Brasil possuindo uma ampla miscigenação, comunidades, sobretudo pretas e indígenas, são postas à margem, suas necessidades são menosprezadas. Dito isso, a educação, enquanto ação transformadora, possui potencial colaborador para amenizar a curto, médio e longo prazo tais ações degradantes. Conforme Paulo Freire “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a se enfrentar” (Freire, 1996, p. 59).

Fazendo um breve retrospecto nota-se que “a primeira Constituição brasileira, outorgada em 1822, assim como a Constituição republicana de 1891, não fizeram qualquer referência aos indígenas, tornando-os invisíveis perante o Estado e a sociedade brasileira” (KAYAPÓ, 2023, p.22). Nesse sentido, a Lei 11.645/08², que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), faz com que sua execução seja extremamente necessária. Edson Kayapó completa dizendo que a lei age “possibilitando o rompimento com o silêncio e com a memória produzida pelos grupos hegemônicos, colocando sob suspeita o currículo que produz e reproduz a invisibilidade e a inaudibilidade destes povos, rejeitando o reducionismo de suas memórias e histórias.” (2019, p.59)

¹ Pertencente ao povo Mebengokré, nascido no estado do Amapá. Doutor em Educação pela PUC-SP, escritor, membro do Parlamento Indígena do Brasil e do Núcleo Indígena e Quilombola da CDH/OAB-SP, e da Comissão de Justiça Ambiental da UNICAMP. Professor no IFBA Porto Seguro. E-mail de contato: edsonbkayapo@gmail.com.

² A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, alterou o Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados.

A etnomídia indígena, ou seja, a produção midiática produzida e idealizada por povos originários, surge com a finalidade de ampliação da voz silenciada dessa população. A ideia, portanto, é que esses povos sejam ouvidos, conhecidos e não mais negligenciados. “E falar em etnomidialogia é tratar de uma comunicação decolonial, é pensar mídias que, lançando mão dos dispositivos sociotécnicos comuns às demais, implementam linguagem e estética próprias na produção e transmissão de conteúdos.” (Steffen; Silva, 2020, p. 135).

Nesse sentido, tenho como objetivo neste artigo, analisar o potencial didático da etnomídia realizada pelo povo Xakriabá. Pretendo estudar as possibilidades de inserção de seus conteúdos audiovisuais na sala de aula da disciplina de história visando a aplicação da Lei 11.645 a fim de fomentar uma educação decolonial e antirracista.

Dito isso, organizei esse artigo de forma sintética e prática, agregando a ele diversos estudos realizados por indígenas brasileiros, a fim de fazer sua voz presente. Começo expondo a representação do povo indígena na formação escolar, sobretudo o silenciamento o qual são condicionados. Sigo com a Lei 11.645/08 e as possibilidades que ela abre para a abordagem decolonial no Ensino de História, com o propósito de salientar a importância da etnomídia, sendo esse próximo tópico explanado. Consequentemente, me aprofundo na etnomídia Xakriabá e, finalizo, com sua possível aplicação em sala de aula.

Representação e silenciamento do Indígena no Ensino de História.

Os povos indígenas foram retratados historicamente a partir de muitos estereótipos, isso quando lembrados. Sua história é marcada, de forma agressiva, por silenciamento, apagamento e desvalorização. Nesse sentido, “O passado genocida e epistemicida³ implantado pelo projeto colonizador deixou rastros duradouros [...] Em nossas escolas (não indígenas) ensinava-se sobre o índio estereotipado, estático no tempo.” (Kayapó, 2023, p.18). O ensino é marcado, portanto, pela invisibilidade indígena.

É importante destacar que tal atitude não é sem pretensões. Essa estrutura está presente no repertório colonialista intrínseco ao princípio da nossa democracia, considerando que uma fração importante dos povos e culturas que integram a 'nação' são chacinados e esquecidos, podemos nomear esse estado de coisas como 'democracia'? Edson Kayapó completa analisando que:

³ Epistemicídio é a “destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (SOUZA SANTOS, 2009, p. 183).

Fica evidente que por séculos a escola vem reproduzindo impavidamente o discurso hegemônico da história oficial, fazendo prevalecer a versão que destaca as ações heróicas dos europeus, especialmente dos portugueses, enquanto os povos indígenas aparecem em momentos recortados e posteriormente desaparecem paulatinamente. As crianças e adolescentes são ensinadas sobre as “heranças deixadas pelos indígenas”, deixando a impressão de que o extermínio desses povos se consumou a partir da formação da massa homogênea formada pela nação brasileira. As escolas e seus currículos, sutilmente ou declaradamente vêm acompanhando a ação genocida do Estado, apagando as memórias e as histórias desses povos no processo de ensino e aprendizagem. Os povos originários são condenados a um passado longínquo da história nacional, enquanto suas concepções cosmológicas e saberes milenares são transformados em folclore e lendas, num movimento que desumaniza-os. (Kayapó, 2023, p.19)

Inevitavelmente, a escola possui grande poder na formação de valores do cidadão. Nesse sentido, é de grande responsabilidade concluir o que deve ou não ser inserido nos conteúdos e livros didáticos. De acordo com o professor, escritor e ativista indígena, Daniel Munduruku⁴ a seleção de conteúdos pedagógicos “Não conta que usaram as diferenças culturais para destruir a alma desses povos; não conta a estratégia utilizada para silenciar grupos inteiros que eram vitimados por doenças contraídas pelo uso de roupas contaminadas[...]” (MUNDURUKU, 2019, p.48).

Desse modo, a crítica negativa à forma a qual o Estado brasileiro moldou seu esquema educacional se apresenta pertinente. Rita Nascimento⁵ (2019) salienta que as imagens retratadas nos livros didáticos registram apenas o passado colonial. Segundo a pedagoga, indígena do povo Potiguara, o ensino nega traços culturais, generaliza as etnias, além de colaborar para o imaginário em que são pitorescos e/ou personagens folclóricos.

A problemática ainda é atual, persistindo há séculos. Culturalmente acostumou-se com a discriminação e generalização dos povos indígenas, Edson Kayapó aponta que:

o século XIX foi particularmente prolifrador de teorias racistas e de profecias de extinção dos povos indígenas. Tanto o romantismo de José de Alencar, escritor da

⁴ Escritor indígena, graduado em Filosofia, tem licenciatura em História e Psicologia. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). É pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Diretor presidente do Instituto UKA – Casa dos Saberes Ancestrais. Autor de 52 livros para crianças, jovens e educadores, é Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República desde 2008. Em 2013, recebeu a mesma honraria na categoria da Grã-Cruz, a mais importante honraria oficial a um cidadão brasileiro na área da cultura. Membro fundador da Academia de Letras de Lorena. Recebeu diversos prêmios no Brasil e exterior entre eles o Prêmio Jabuti, o Prêmio Livro do Ano, em 2008, da Academia Brasileira de Letras, o Prêmio Érico Vanucci Mendes (outorgado pelo CNPq) e o Prêmio Tolerância (outorgado pela Unesco). Muitos de seus livros receberam o selo Altamente Recomendável da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Em 2017, foi contemplado com o Prêmio Jabuti na categoria Juvenil. É o grande ganhador do Prêmio da Fundação Bunge pelo conjunto de sua obra e atuação cultural, em 2018. Reside em Lorena, interior de São Paulo.

⁵ Indígena do povo Potiguara do Ceará. Doutora em Educação. Professora da Secretaria da Educação do Estado do Ceará. E-mail: potyguara13@yahoo.com.br

primeira geração de autores românticos no Brasil, idealizador da figura do indígena dócil, exótico e contraditoriamente herói nacional, quanto os escritos científicos de Francisco Varnhagen respeitado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apontavam para a fatídica extinção desses povos, por não conseguirem acompanhar o progresso humano. (Kayapó, 2023, p.22)

A Lei 11.645/08 e a Perspectiva Decolonial.

De acordo com Edson Kayapó, a Lei 11.645/08 surgiu consequentemente em relação à redemocratização brasileira, “abrindo novos horizontes para o ensino da história e cultura dos povos indígenas, possibilitando o rompimento com o silêncio e com a memória produzida pelos grupos hegemônicos.” (Kayapó, 2023, p.23). Dito isso, compreende-se o potencial benéfico da legislação em pró de povos discriminados.

Sobretudo, uma das intenções da execução do projeto legislativo é “promover o conhecimento da história e das culturas destes povos com vistas à construção de novas imagens que os representem como sujeitos ativos no processo de construção da nação.” (Nascimento, 2019, p. 145). É de suma importância, que uma nação seja capaz de se reconhecer em si mesma. O processo de autodescoberta enquanto nação brasileira, deve incluir o saber e a descendência indígena.

Logo, a aplicação e desenvolvimento da lei, anteriormente citada, pode ser um disseminador da existência desses povos enquanto sujeitos ativos. Isso posto, clareia a aproximação do desenvolvimento da lei com as bases de estudo contra coloniais. Isso é, estudos os quais redirecionam o olhar a ser visto, antes exclusivamente sob a demanda da elite e do colonizador, agora, portanto, estende sua visão à povos marginalizados pela história.

A decolonialidade é considerado como caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo. O pensamento decolonial se coloca como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. (Ávila, 2021, n.p.)

Levando isso em conta, consequentemente, devemos compreender a importância do ensino seguir bases decolonialistas com a intenção de superar esse passado excludente, ainda que não seja uma forma exclusiva de superação do problema. Segundo Edson Kayapó (2023), é preciso que a abordagem colonizadora seja superada, uma ruptura necessária a ser desenvolvida por meio de práticas pedagógicas. Para ele, ainda, é preciso reconhecer a

pluralidade dos povos existentes no Brasil e que se exponha que os indígenas estão contribuindo continuamente no tempo presente.

A história do Brasil foi terrivelmente marcada pela colonização, como resultado disso, ainda sofremos diversos traumas adquiridos em decorrência do período. Dito isso, o racismo segue firme intrínseco no cotidiano do nosso país. Esse preconceito pode ser velado ou escancarado, pode ser sutil ou agressivo, pode ser visto contra indígenas, pretos e outras comunidades. O fato é que, independente de como ocorre e quem afeta, ele tem potencial traumatizante e ceifador de comunidades e culturas. É preciso que a escola vá contracorrente.

Abordar a temática indígena na escola é uma necessidade urgente. Mais de quinhentos anos após o desembarque das caravelas colonizadoras, não é admissível que a temática seja discutida superficialmente nas escolas, reforçando estereótipos e reduzindo os povos indígenas a representações românticas, exóticas e estereotipadas. As escolas precisam repensar seus currículos em favor de uma proposta pedagógica reflexiva, mais críticas e aprofundadas. [...]A proposta é trazer os povos indígenas, suas histórias, memórias e saberes para dentro da escola, combatendo o racismo contra esses povos por meio da visibilidade e dos diálogos interculturais. Tais ações ajudarão na realização de práticas interdisciplinares e plurais e na realização de dinâmicas mais interativas na abordagem sobre a constituição do povo brasileiro e nas questões relativas ao meio ambiente e sustentabilidade, ampliando o foco para além da perspectiva eurocentrada. (Kayapó, 2023, p. 45)

Nesse sentido, urge a demanda de repensar a escola e as formas de ensinar. “É necessário identificar, caracterizar e conhecer/reconhecer estes desiguais e diferentes: quem são, como vivem, seus valores, seus conhecimentos, seus interesses, suas demandas, suas sensibilidades, seus sofrimentos.” (Baniwa⁶, 2019, p. 100). Tendo isso em vista, ninguém melhor para contar sua própria história do que os próprios indígenas. Nesse contexto cabe a possibilidade de trabalhar com a etnomídia em sala de aula, no intuito de construir um ambiente transformador e descolonizador. Grada Kilomba, escritora portuguesa, diz que:

Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou. (Kilomba, 2019, p.28)

⁶Gersem José dos Santos Luciano, do povo Baniwa, é professor indígena na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Nasceu em 1964, no YaquiranaRendá (Sítio Jaquirana), em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. É graduado em Filosofia pela UFAM e tem mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB).

Etnomídia: o reconhecimento da voz indígena como sujeito ativo.

Denilson Baniwa⁷, criador da Rádio Yandê⁸, em entrevista à revista Usina define o termo etnomídia:

Etnomídia é um conceito que a gente viu muito nas mídias indígenas do Canadá e dos Estados Unidos. Como eles estão em uma discussão de comunicação muito mais avançada que a gente no Brasil, e na América Latina de forma geral. Os indígenas foram para universidade mais cedo, tiveram mais acesso à tecnologia, às informações. Mais cedo que a gente, anos à frente. E o que a gente está fazendo hoje no Brasil, que é criar algo paralelo a mídia de massa, é o que já fazem lá. E lá eles definiram isso como etnomídia. Como uma mídia que não é mastigada para a massa, mas sim para o entendimento de um grupo, de um grupo que sofre as mesmas coisas, que veem as mesmas coisas, e que anseiam pelas mesmas coisas (Baniwa, 2017).

A etnomídia por se tratar de obras produzidas por povos marginalizados, e nesse caso, indígenas têm o potencial de contranarrativa⁹. Elas podem expor um novo ponto de vista, a história, em sua maioria, foi escrita pelo vencedor, logo, por meio da etnomídia podemos observar as histórias com outro viés. Ela portanto, “conjuga então práticas midiáticas, processos socioculturais e aspirações políticas em uma configuração comunicacional específica – a fim de projetar o indígena para além das sociedades anteriores, posteriores ou exteriores – causando desconforto.” (Santi; Araújo, 2022, p. 7).

De acordo com Steffen e Silva (2020) quando o termo etnomídia se aproxima do estudo indígena tem por objetivo esclarecer que a produção parte desses povos e que uma grande fração da audiência também será esse público. Ainda que não exclusivamente, nesse sentido, tratam-se de uma oportuna fonte de disseminação de conhecimento a todos os seus espectadores. Utilizar etnomídias em sala de aula pode ser uma forma de executar a Lei 11.645/08, fazer da educação um local de transformação, um potencializador decolonial.

Desconstruir a educação de negação e o epistemicídio indígena passam por iniciativas construídas nos movimentos indígenas, a apropriação do espaço escolar, o entendimento e o acolhimento desses povos como sujeitos comunicacionais. E

⁷Denilson Monteiro Baniwa (aldeia Darí, Barcelos, Amazonas, 1984). Artista visual e curador. Compõe sua obra trespassando linguagens visuais da tradição ocidental com as de seu povo, utilizando performance, pintura, projeções a laser, imagens digitais. Ativista, aborda a questão dos direitos dos povos originários; o impacto do sistema colonial e a valorização da cultura indígena, propondo também reflexões sobre a condição atual do indígena.

⁸ Rádio Yandê a primeira empresa de comunicação indígena online e web radio indígena que usa e aplica e desenvolve o conceito de etnomídia Indígena idealizada por Anápuaka Muniz Tupinambá Hãhãhãe, é a referência na divulgação das culturas indígenas há mais de uma década. Somos uma web rádio etnomidiática indígena inovadora e comprometida em levar a confluência indígena para o mundo digital.

⁹ Elaboradas esteticamente, discursivamente e imageticamente, as contranarrativas propõem o reconhecimento de mundos, saberes, estéticas silenciadas, ignoradas, oprimidas pelas narrativas coloniais. (DEMARCHI, 2020)

reconhecer os indígenas como sujeitos comunicacionais nos remete à etnocomunicação, a projetos e instrumentos comunicacionais aliados de uma educação decolonial e intercultural como são as etnomídias indígenas. (STEFFEN; SILVA, 2020, p. 138)

As produções indígenas têm a capacidade de se tornar uma ampla matriz de informações seguras aos povos aos quais elas pertencem. Somado a isso, de acordo com STEFFEN e SILVA (2020), podem ser um material didático complementar nas escolas. Nesse sentido, a etnomídia pode contribuir para o debate em sala de aula. A ideia parte do princípio decolonial e, sobretudo, reforçando a pluralidade. É imprescindível desconstruir as ideias eurocêntricas postas nos materiais didáticos e aplicadas aos discentes.

Seguindo essa lógica, compreende-se que os indígenas são sujeitos ativos e produtores de sua própria história e material. Por exemplo, é possível crer que “a literatura indígena seja um dos instrumentos mais potentes, pois trata-se de uma escrita protagonizada, que expressa vozes ancestrais, saberes coletivos e memórias históricas de grupos sociais silenciados.” (Kayapó, 2023, p.46). Tendo isso em vista, em suma, objetiva-se chegar ao protagonismo de povos silenciados e marginalizados por meio de sua própria narrativa.

Estudo de Caso: O Povo Xakriabá e Sua Identidade, Resistência e Território.

De acordo com a professora ativista e deputada federal, Célia Xakriabá¹⁰ (2018) o povo Xakriabá representa, em número habitacional, o maior grupo indígena no estado de Minas Gerais e um dos maiores em todo o território brasileiro. Não diferente dos outros povos, sua história é veementemente marcada pela luta e sangue derramado. Dito isso, “A população Xakriabá é estimada em torno de onze mil indígenas, vivendo em trinta e cinco aldeias, das quais duas estão em processo de retomada.” (Xakriabá, 2018, p. 25). A presidenta da Comissão de Direitos de Defesa da Mulher se apresenta e apresenta sua terra:

Sou Célia Xakriabá, membra do Povo Indígena Xakriabá, comunidade localizada no norte do estado de Minas Gerais. A Terra Indígena Xakriabá está localizada nas fronteiras dos Municípios de Itacarambi, São João das Missões e Cônego Marinho e Miravânia no Estado de Minas Gerais. O território tem aproximadamente 43.357 hectares (quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete hectares) e perímetro aproximado de 184 Km. São João das Missões, de acordo as memórias do povo Xakriabá, era na verdade a antiga São João dos Índios, como menciona Santos (1994), que recorre aos registros históricos para descrever sobre o documento de

¹⁰ “Célia Nunes Corrêa, mais conhecida como Célia Xakriabá, tem 33 anos, é professora, antropóloga, poeta e a primeira pessoa indígena eleita deputada federal pelo estado de Minas Gerais, com mais de 100 mil votos. A trajetória de Célia é coletiva, ancestral, e os Xakriabá são um povo de organização política forte, dos mais velhos à juventude.” (XAKRIABÁ; RODRIGUES, 2023)

posse e doação da terra para o nosso povo Xakriabá, com aldeamento em São João dos Índios. (Xakriabá, 2018, p. 22).

A formação de identidade Xakriabá é composta por diversas características. Eles se diferenciam a partir de seu discurso, organização política, suas formas de expressão, sua pintura corporal e os traços da akwe¹¹. Sua forma de viver, sua cultura e seus hábitos os tornam vivos, uma população ativa e presente.

Os movimentos indígenas organizados a partir da década de 1970 permitiram como parte da sua luta a revalorização identitária, a reclamação da revitalização étnica devido a séculos de políticas de apagamento via miscigenação realizadas pelo Estado colonial, primeiro português com o Diretório dos Índios de 1757, depois o Estado Brasileiro com suas políticas de invasão de terras indígenas de aldeamentos alegando que os indígenas pela miscigenação haveriam desaparecido e os que “restaram” principalmente aqueles da região norte do país foram considerados pela Missão Rondon, Sistema de Proteção dos Índios – 1910 (SPI) e Fundação Nacional dos Povos Indígenas - 1967 (FUNAI) com “índios transitórios”. Essas lutas do Movimento Indígena repercutiram em direitos na Constituição de 1988, como o direito a terra e à suas identidades. Disso decorre um crescimento da população indígena. Tal crescimento não corresponde a índices elevados de natalidade, mas aos processos de autodeclaração derivados da revitalização étnica. Todavia, esses direitos esbarram nos interesses dos agentes coloniais repaginados desse país. Em relação ao território Xakriabá, por exemplo, um de seus principais problemas é a questão da falta de espaço em suas terras demarcadas. “Até hoje nos é negado até mesmo o direito de pescar e visitar o Velho Chico, espaço sagrado do nosso povo e que se encontra nas mãos de fazendeiros.” (XAKRIABÁ, 2018, p. 30). O território por eles reivindicado possui pouco mais de 43.000 hectares, aproximando-se das margens do Rio São Francisco.

Célia Xakriabá (2018) define a resistência de seu povo similar à resiliência cerrado. A ativista compara o poder de regeneração do bioma à sabedoria e persistência Xakriabá. Do mesmo modo que a natureza, por ela citada, enfrenta frequentes queimadas os seus encaram as persistentes perseguições que ameaçam sua existência.

¹¹ “A língua Akwê é muito importante para o povo Xakriabá e representa nossa identidade indígena e uma história de sofrimentos, perdas, e traumas, mas, ao mesmo tempo e um percurso de lutas que tiveram como frutos grandes conquistas. A língua Akwê é por isso considerada pelo povo como a sua língua materna, a língua que nunca foi completamente esquecida, embora, na prática, todos há muito tempo usamos o português como língua materna.” (MOTA, 2020)

Etnomídia na Prática:

A etnomídia vem na esteira dessas lutas e resistência contra os novos Cabrais como diz Célia Xakriabá.

Nesse sentido, observando a prática, é na produção concreta que a etnomídia exhibe seu potencial transformador. Destarte, o povo Xakriabá produz, portanto, rica e diversa produção de conteúdo, que serve como uma maneira incluída na tentativa de contranarrativa ao silenciamento histórico. Suas produções, que vão do audiovisual ao desenvolvimento de plataformas digitais, podem, inclusive ser, ferramentas pedagógicas para a aplicação da Lei 11.645/08, afinal permitem que os estudantes conheçam a voz, a imagem e o pensamento Xakriabá.

A etnomídia Xakriabá audiovisual oferece diversos tipos de materiais para análise em sala de aula. O Documentário “Mestras Xakriabá” (2018)¹² é um ótimo exemplo de registro, exposição e divulgação dos saberes ancestrais. Ele evidencia a sabedoria das mulheres mais velhas, guardiãs da memória, dos cantos e das práticas de cura, seu objetivo é registrar a imagem da mulher indígena como pilar do conhecimento de seu povo.

A produção audiovisual está disponível no youtube, no canal “saberes tradicionais UFMG”, e foi produzida no outono de 2018. Durante o primeiro semestre daquele ano na UFMG ocorreu o curso “Saberes Tradicionais: Cosmociência – Culinária e Construção Xakriabá”¹³. O vídeo contém cerca de 40 minutos sendo seu conteúdo principal uma entrevista conduzida pelo professor Adriano Mattos Corrêa¹⁴, o qual conversa com três mestras Xakriabá, sendo elas: Lourdes Seixas Evarista¹⁵, Dona Rosa Seixas Ferro Bezerra e Isabel Cavalcante Bezerra.

A narrativa apresenta as mulheres indígenas como detentoras de conhecimento. Por via oral, as três compartilham brevemente suas experiências e tradições, dentre elas a pintura com terra e a produção da casa tradicional Xakriabá, seus materiais, técnicas de manejo, quem

¹² Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=R-gyBKrw0ps&embeds_referring_euri=https%3A%2F%2Fbeirasdagua.org.br%2F&source_ve_path=OTY3MTQ

¹³ A ementa do curso informa: “Conduzido por mestras da culinária, da arquitetura e da técnica de pintura em toá Xakriabá, o curso abordará a culinária desse povo indígena, feita com os recursos de seu território e de suas lavouras, além de renovar o barreado da estrutura de pau-a-pique construída (em 2015) no Jardim Mandala, na Faculdade de Educação.”.

¹⁴ Adriano Mattos Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988) e mestrado em Letras - poéticas da modernidade, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Doutor pelo programa do NPGAU da Escola de Arquitetura da UFMG Com a tese Má Carpintaria. É Professor Adjunto da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. é membro pesquisador do Grupo Cosmópolis da EA-UFMG registrado no CNPQ.

¹⁵ Lourdes Seixas Evarista vive na Aldeia Caatinguinha, Terra Indígena Xacriabá, em São João das Missões, Minas Gerais, onde nasceu, em 1982. Desde pequena acompanhou os mais velhos nas artes da construção de adobe e da pintura de toá, prática renovada a cada ano depois da estação das chuvas.

colabora e reformas. Elas abordam a culinária da caatinga e do cerrado, seus ingredientes, utensílios e pratos tradicionais do seu povo. Revelam como funciona o cultivo em lavouras, sua necessidade de chuva, os principais alimentos produzidos e como são cultivados.

Durante a entrevista, além de compartilhar seus saberes, elas revelam que levaram raízes para que pudessem partilhar de forma prática com a comunidade acadêmica. Dona Rosa inclusive, salienta que seus conhecimentos são repassados de geração em geração, de pai para filho, reúnem grupos e vão para a natureza a fim de ensinarem uns aos outros. Ela compartilha suas técnicas com ervas e chás, suas práticas de cura e do corpo e espírito. As mestras apresentam parte dos cantos que compõem o processo da construção das casas.

A respeito da retomada de suas terras invadidas, elas contam que as invasões infelizmente ocorrem, e é um momento de união entre seu povo. Para a retomada eles unem-se e debatem o infortúnio, mesmo que às vezes eles indenizem os invasores é necessário sua saídas terras demarcadas. Não é uma situação simples, seu objetivo é a preservação da fauna e da flora. É um grande embate contra agrotóxicos, queimadas e uso excessivo de plástico.

Há também o documentário “História e modos de caçar Xakriabá”¹⁶, que exhibe técnicas e rituais envolvidos na caça. Dito isso, ele mostra uma relação com a natureza guiada, sobretudo, no respeito e no conhecimento do ecossistema, visando equilíbrio entre homem e natureza. Nesse sentido, se contrapõe diretamente ao estereótipo do “selvagem irracional”, destacando, portanto, o indígena como possuidor de conhecimento técnico.

O vídeo foi produzido por Edgar Kanaykô Xakriabá¹⁷, possui cerca de 11 minutos e está disponível em seu canal do youtube. Ele apresenta histórias dos caçadores Xakriabá, suas técnicas, crenças e cosmologia. É dito o quanto sua prática está interligada com a ciência, não é uma ação impensada ou apenas por instinto, relacionam, inclusive, com energia espiritual. A produção continua com crianças apresentando suas cantigas de roda, eles mostram suas armadilhas e aprendizados a respeito da caça.

A produção segue exibindo outras crianças expondo suas técnicas de pesca. Revelam seus utensílios que os ajudam na prática e o resultado das tentativas, algumas piabas. É importante analisar que o produtor é pertencente ao povo indígena e os participantes também,

¹⁶ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=PG94umqhOrc&embeds_referring_uri=https%3A%2F%2Fbeirasdagua.org.br%2F&source_ve_path=QTY3MTQ

¹⁷ Edgar Kanaykô Xakriabá, pertence ao povo indígena Xakriabá Estado de Minas Gerais. É mestre em Antropologia pela UFMG. Tem atuação livre na área de Etnofotografia: “um meio de registrar aspecto da cultura - a vida de um povo”. Nas lentes dele, a fotografia torna-se uma nova “ferramenta” de luta, possibilitando ao “outro” ver com outro olhar aquilo que um povo indígena é.

é uma obra produzida internamente pelo povo Xakriabá, sendo assim, protagonistas de sua própria história e narrativa. Eles mostram, portanto, consciência e conhecimento ecológico e técnicas sofisticadas. O vídeo mostra respeito, reciprocidade e rituais de preparação.

Outras obras fazem uma ponte entre cultura e luta política. O vídeo "Pescando Liberdade" (2016)¹⁸, por exemplo, é um destaque. Sua ideia é exibir a pesca muito mais do que uma prática de sobrevivência, a intenção é entender a ação enquanto um ato de resistência. A produção visual mostra a luta pelo território e pelo acesso a espaços como o Rio São Francisco, o qual, como denuncia Célia Xakriabá (2018), seu povo muitas vezes é privado. Sendo assim, a pescaria pode ser vista como uma metáfora para a busca por autonomia e liberdade.

A produção audiovisual está disponível no canal "Pescando Liberdade" no youtube, ela contém cerca de 31 minutos de duração, foi dirigida por Caio Formiga e narrada por Quênia Barreto. Iniciado em 2014 e finalizado apenas em 2016 exibe as técnicas e dificuldades daquele povo em relação à pesca. Apresenta o Rio São Francisco, cenário inicial da história Xakriabá de acordo com o entrevistado Cacique Santo Caetano. Ele ainda conta sobre o sofrimento em decorrência do distanciamento físico do rio, nesse sentido, a diminuição de suas práticas culturais como a produção da Jurema¹⁹.

O vídeo mostra a tecelagem manual das redes utilizadas na pesca e sua relação de conhecimento tradicional familiar. É dito sobre a relação do pescador com a beira do rio, sua importância na sobrevivência e subsistência. Além disso, retrata a rotina da mulher nessa sociedade, suas obrigações que incluem cuidar dos filhos, do lar, da pesca e tratar dos frutos da caça. Ele retrata também, o indígena como sujeito político e com voz ativa na sua própria história.

O documentário enfatiza o desejo Xakriabá de viver com liberdade, para além do medo dos fazendeiros. Alerta, ainda, a respeito das atividades degradantes que cercam o Rio São Francisco, como as barragens, o agronegócio, incluindo a monocultura, a exportação e

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WZTDeF68oj0>

¹⁹ No Brasil, algumas espécies de plantas são chamadas de jurema. Esse mesmo nome é aplicado, em contextos rituais variados, a bebidas elaboradas a partir dessas plantas, mas também a outras não elaboradas a partir delas. Além de beberagens, partes das plantas podem ser ainda usadas para banhos, para serem (de)fumadas etc. Desde o período colonial, registra-se no Brasil o uso ritual da jurema entre populações indígenas, além da recorrência de usuários da jurema em meios rurais e urbanos. Além disso, vários contextos e usos da jurema podem ser salientados desde os usos pelas populações tradicionais até experimentações contemporâneas realizadas por psiconautas que buscam experimentar seus aspectos místicos e aprimorar receitas a fim de obterem as melhores extrações psicoativas, inclusive para testar novas hipóteses acerca da composição e de ações bioquímicas da jurema. Tais experimentações são acompanhadas de uma quase total liberdade de recriações de settings rituais, que são periodicamente reelaborados por indivíduos que reúnem grupos de adeptos (Grünwald, 2018, p.110)

exploração da terra em excesso em prol do capitalismo. Sinaliza também o perigo iminente da crescente exploração de mineradoras na região.

De forma parecida, o curta “DamrõzeAkwe – Amor e Resistência”²⁰ explora o campo afetivo e espiritual como aliado na luta política, mostrando que a força Xakriabá se faz presente em sua coletividade. O filme dirigido por Guilherme Cavalli²¹ tem cerca de 22 minutos e está disponível na plataforma de vídeos “Vimeo”, no canal do diretor. Ele retrata o ritual de casamento de JuvanaSawidi Xakriabá e Durkwa Xakriabá, casal indígena pertencente ao povo Xakriabá.

O ritual foi gravado na cidade de São João das Missões no Estado de Minas Gerais. Ele expõe o desejo da noiva de se casar em sua própria cultura, sendo sem sentido para ela manter ritos brancos, sendo, nessa lógica, um grande resgate cultural. Para ela é uma forma de se impor e mostrar que sua cultura vai além do que lhes foi imposto. O noivo conta sobre as imposições e limitações de expressão sofridas pelo povo indígena, seus rituais, línguas e cerimônias foram postos à margem.

Durante o documentário a pintura é colocada como pilar da cultura e do registro indígena. Está diretamente ligada à espiritualidade, similar a um escudo. A cerimônia é composta por músicas, artefatos e roupas tradicionais daquele povo. A festa inclui mais música e grande comoção da população. Nesse sentido, o vídeo reforça a importância da coletividade, para eles a luta em conjunto possui mais força e chega mais longe.

A produção “Xakriabá – Reconstrução do Mundo”²² apresenta a epistemologia do povo, suas narrativas de origem e sua forma de perceber o tempo e o espaço. Dito isso, o vídeo “I Conferência de Política Indigenista: etapa local T.I Xakriabá” (2015)²³ expõe o povo Xakriabá, de fato, como sujeito político ativo, que debate e, é capaz de construir suas próprias políticas. Esse conteúdo se opõe ao pressuposto colonial de que os indígenas são incapazes de decidir e escolher seu próprio destino, mostra eles, portanto em exercício de sua cidadania.

Dirigido e editado por Edgar Corrêa Kanaykô, o vídeo de 7 minutos retrata uma conferência entre os povos Xakriabá e Tuxá. Ela inicia com um rito indígena incluindo canto e dança tradicional. A ideia é mostrar a autonomia indígena e o debate das políticas públicas

²⁰ Disponível em: <https://vimeo.com/285759914?fl=pl&fe=vl&pgroup=plv>

²¹ Possui graduação em Jornalismo pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, Distrito Federal. Estudou bacharelado em Filosofia no Instituto de Filosofia João Berthier, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. Atualmente é jornalista no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

²² Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Kpt5j-D5xes&embeds_referring_euri=https%3A%2F%2Fbeirasdagua.org.br%2F&source_ve_path=OTY3MTQ

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CgLhqHTNaZQ>

indigenistas, eles se unem pela garantia de seus direitos. Os povos entendem a importância de desenvolver estratégias para sua sobrevivência e ampliação do acesso e de sua cultura. O que vai de encontro com o pensamento de Edson Kayapó (2023) acerca da posição indígena de estimular a contranarrativa mostrando que não são seres apolíticos ou tutelados .

O vídeo relata que as leis a seu favor são criadas, porém não são executadas, por vezes são criadas emendas constitucionais que limitam sua independência. Célia Corrêa Xakriabá participa do momento e relata que em seu ponto de vista é de suma importância a movimentação da base a fim da ampliação da discussão. Para ela, a juventude é o futuro dos povos indígenas, nesse sentido, eles devem ser incluídos nos interesses políticos dos povos.

Além de produções audiovisuais, a etnomídia Xakriabá se apresenta em diferentes plataformas digitais. A “Rede Katahirine”²⁴, um portal de comunicação indígena, por exemplo, tem o objetivo de exibir comunicadoras de diferentes povos, incluindo as Xakriabá, a fim de divulgar suas pautas e narrativas.

A Katahirine – Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas surge com o objetivo de criarmos um espaço coletivo para fortalecer e visibilizar a produção audiovisual das mulheres indígenas do Brasil e América Latina. Como primeira iniciativa de mapeamento do cinema indígena feminino no Brasil, desejamos que esta seja uma importante ferramenta de conhecimento e divulgação sobre o cinema realizado por nós, mulheres indígenas, além de uma fonte de dados para pesquisas e acessos públicos. Um espaço com foco no protagonismo das mulheres indígenas, na agência e no papel político em nossos contextos, dentro e fora das aldeias: agimos nas tomadas de decisões e gestão de recursos de realizações audiovisuais e criamos de acordo com nossas concepções de mundo e de vida.

Katahirine é uma palavra da etnia Manchinéri que significa constelação. Assim como o próprio nome sugere, Katahirine é a pluralidade, conexão e a união de mulheres diversas que se apoiam e promovem mulheres indígenas no audiovisual brasileiro. Trata-se de uma articulação coletiva, onde podemos discutir e construir um espaço seguro de narrativas, levando em conta não só o corpo coletivo da rede, mas a subjetividade de cada participante, como uma pessoa pensante e atuante em todos os espaços. (KATAHIRINE, [s.d.])

Plataformas como o site “etnias.site”²⁵ exercem importante papel na manutenção da diversidade cultural. Ele se trata da primeira rede social por e para indígenas, estabelecendo contato e conexão entre diferentes povos. Disponibilizada no ano de 2025, a intenção da plataforma, de acordo com suas publicações em suas redes sociais oficiais²⁶, é, dentre outras, a inclusão digital dos indígenas e o fortalecimento dos saberes ancestrais.

²⁴ Acesse em: <https://katahirine.org.br/>

²⁵ Acesse em: <https://etnias.site/welcome>

²⁶ Acesse em: <https://www.instagram.com/etnias.site/>

E, nesse sentido, iniciativas como o aplicativo “Nheengatuapp”²⁷, mesmo que focado em outra língua, mostram na prática que a tecnologia pode ser um artifício efetivo na revitalização linguística, um grande formador de identidade. Esses projetos provam que os povos indígenas estão em constante movimento, não estão alheios à tecnologia, e sim em efetiva relação com o mundo contemporâneo, utilizando das ferramentas virtuais para fortalecer suas tradições.

O site visa criar um espaço para aprendizado da língua Nheengatu. Lançado em outubro de 2021, o objetivo da plataforma digital é criar um ambiente de preservação do idioma. A retomada linguística é vista como um forte pilar na busca da preservação cultural.

Dito isso, a aplicação dessas etnomídias em sala de aula vai além de mostrar a cultura Xakriabá, a intenção é a participação direta do pensamento indígena como fonte histórica e de conhecimento. Analisando esses materiais, os alunos são convidados a rever suas ideias impregnadas de preconceitos sobre indígenas. A ideia é que os reconheçam como agentes de sua própria história, produtores de conhecimento e sujeitos políticos nos dias de hoje. A escola, portanto, cumpre uma formação decolonial deixando de apenas falar sobre o indígena para, finalmente, ouvi-lo.

Proposta Pedagógica: Aplicação da Etnomídia Xakriabá em Sala de Aula

Após o exposto, é perceptível o potencial didático pedagógico das etnomídias no ensino de história. A prática, portanto, se estabelece como uma forma de contranarrativa apoiada pela Lei 11.645/08. É preciso promover um ensino que valorize e promova o protagonismo indígena. A escola deve ser um local acolhedor e oferecer voz as narrativas silenciadas, tornando-se um componente decolonial e, conseqüentemente, inclusivo.

O documentário "Mestras Xakriabá" (2018) exposto em sala de aula, pode oferecer validação de conhecimentos que se diferenciam dos padrões eurocêntricos, aos quais estamos acostumados. Ele compreende, portanto, a análise do papel da mulher frente ao conhecimento e como fonte de saber, sendo assim disruptivo com as ideias patriarcais de nossa sociedade. Ainda, abre possibilidade da história oral ter seu devido, e merecido reconhecimento acadêmico. As atividades podem ir desde um mapeamento por parte dos alunos a respeito das áreas de conhecimento das mestras, a uma roda de conversa a respeito da desvalorização do conhecimento feminino em nosso cotidiano ou a produção textual e/ou criativa de mulheres com destaques científicos, enquanto pesquisadores e fonte de conhecimento.

²⁷ Acesse em: <https://nheengatu-app.web.app/#/>



Retrato das Mestras Xakriabá

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R-gyBKrw0ps>

Já o documentário "História e modos de caçar Xakriabá" tem o potencial de desconstruir o imaginário dos alunos que os percebem como “sujeitos irracionais”. O vídeo, inclusive, proporciona reflexões acerca da proximidade e diferenças entre conhecimento técnico, ecologia e espiritualidade para o Xakriabá. Como proposta didática é possível que após a exibição do conteúdo os discentes preencham um quadro com duas colunas, separadas em “conhecimento técnico” e “conhecimento espiritual”, a ideia é que eles percebam as diferenças científicas e crenças, sem descredibilizá-las enquanto conhecimento. A produção, além disso, pode fomentar a discussão em conjunto sobre a relação da natureza com o agronegócio e outras práticas de produção extrativistas, seus benefícios e malefícios.



Disponível em:

https://www.google.com/search?q=Hist%C3%B3ria+e+modos+de+ca%C3%A7a+Xakriab%C3%A1&rlz=1C1GCEA_enBR919BR919&oq=Hist%C3%B3ria+e+modos+de+ca%C3%A7a+Xakriab%C3%A1&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIHCAlQIRigAdIBCTEwOThqMGoxNagCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:5bdde31e,vid:PG94umqhOrc,st:0

Nesse sentido, o vídeo "Pescando Liberdade" (2016) tem potencial para ampliar o conceito dos alunos a respeito de território, a ideia é aguçar a percepção do espaço como um local de vida e ancestralidade, para além do capitalismo e fonte de produção. Após a exibição de trechos do vídeo, com o apoio de mapas geográficos, o professor pode desafiar os alunos a compreenderem o espaço ocupado pelos indígenas e permitir que eles apontem o espaço ideal a fim de evitar conflitos com os povos.



Disponível

em:

[https://www.google.com/search?sca_esv=e85bf51f2ebe9d69&rlz=1C1GCEA_enBR919BR919&sxsrf=AE3TifOkYsaGIDi0yCw4n27PDipcSSOmA:1756817513661&udm=7&fbs=AIipHxX5k-tONtMCu8aDeA7E5WMqIwBWAqUI28mAFE2NS1Z0luFCxWI6j4Nbl33nKvchf3eHwOHRkkUPeOPYQQjd9ValFp5dD_L6DCPkUiLEZRAIQvINKT6lv9FnUdOee8ggxekRUClyj-InEu_YW46TUjBmfkJ1SoeKuBGzBrAF6HGWIeyqOLh-P5j9LylsvqpLbB6naSAXpP7ra1Wk9tuK0TYJFbOg&q=%22Pescando+Liberdade%22+\(2016\)&sa=X&ved=2ahUKEwig59iej7qPAxVLObkGHZmGHsoQtKgLegQIExAB&biw=1280&bih=559&dpr=1.5#fpstate=ive&vld=cid:28e513da,vid:WZTDeF68oj0,st:0](https://www.google.com/search?sca_esv=e85bf51f2ebe9d69&rlz=1C1GCEA_enBR919BR919&sxsrf=AE3TifOkYsaGIDi0yCw4n27PDipcSSOmA:1756817513661&udm=7&fbs=AIipHxX5k-tONtMCu8aDeA7E5WMqIwBWAqUI28mAFE2NS1Z0luFCxWI6j4Nbl33nKvchf3eHwOHRkkUPeOPYQQjd9ValFp5dD_L6DCPkUiLEZRAIQvINKT6lv9FnUdOee8ggxekRUClyj-InEu_YW46TUjBmfkJ1SoeKuBGzBrAF6HGWIeyqOLh-P5j9LylsvqpLbB6naSAXpP7ra1Wk9tuK0TYJFbOg&q=%22Pescando+Liberdade%22+(2016)&sa=X&ved=2ahUKEwig59iej7qPAxVLObkGHZmGHsoQtKgLegQIExAB&biw=1280&bih=559&dpr=1.5#fpstate=ive&vld=cid:28e513da,vid:WZTDeF68oj0,st:0)

Igualmente contranarrativo, o curta "DamrôzeAkwe - Amor e Resistência" pode auxiliar na compreensão da importância dos ritos como forma de autoafirmação política, além de possibilitar a humanização dos povos indígenas, pertencentes à uma coletividade e uma espiritualidade. O vídeo pode servir como condutor de pautas para rodas de conversas, a fim de, por exemplo, levantar a discussão dos indígenas se casarem em sua própria cultura, abandonando cerimônias brancas que lhes foram impostas. O docente pode iniciar a roda questionando como um casamento pode ser considerado um ato político de resistência decolonial.



Disponível

em:

https://www.google.com/search?sca_esv=e85bf51f2ebe9d69&rlz=1C1GCEA_enBR919BR919&sxsrf=AE3TifM21SXflhoKslIrDsApY0KCx-6O_A:1756817682331&udm=7&fbs=AIjPHxX5k-tONtMCu8aDeA7E5WMqIwBWAqUI28mAFE2NS1Z0luFCxWI6j4Nbl33nKvchf3G27PYJShvD1YRytGGgIQRvcVuLE4kTSfkW_2GWwaYVwwHaQmbe12ACyCENJaXgzX-2yzWAv9seXmGILFxpYocsZvYtlafZEEeXPe7KK8ffbksSbvIRGwwt-9mg8R6tBrC3jr3dxJenAyyqm_Nlaed4coxTg&q=%22Dammroze+Akwe+-+Amor+e+Resist%C3%Aancia%22&sa=X&ved=2ahUKEwiL0I_vj7qPAxUpK7kGHTQtMswQtKgLegQIExAB&biw=1280&bih=559&dpr=1.5#fpstate=ive&vld=cid:b664555a,vid:HUQ1IY77OUU,st:0

Por fim, as plataformas digitais citadas (Rede Katahirine, etnias.site e Nheengatuapp) também podem ser aliadas em sala de aula. Elas mostram que os indígenas estão integrados no mundo contemporâneo e que a utilização das mídias digitais não os tornam “menos” indígenas. Elas podem, além disso, colaborar no desenvolvimento de suas habilidades de pesquisa em formato digital. A proposta pedagógica consiste, nesse caso, em um trabalho em grupo, onde a turma é separada em três grandes equipes, cada uma responsável pela utilização de uma dessas plataformas.

A proposta de trabalho em sala de aula seria a de formação de equipes. A primeira equipe ficaria intitulada “Equipe Katahirine”, seu objetivo seria explorar o site, escolher uma obra produzida por alguma autora e preparar uma apresentação sobre sua obra. A segunda seria a “Equipe etnias.site”, seu desafio seria a simulação da criação de um perfil de indígenas Xakriabá com as informações disponibilizadas nos demais documentários e apresentar o perfil para a turma. A terceira e última intitulada “Equipe Nheengatuapp” deveria acessar o site e aprender algumas saudações ou palavras básicas apresentá-las a turma e explicar como um aplicativo colabora na preservação de um idioma.

Sendo assim, as obras ganham significado maior do que já possuem. É importante que o indígena fale por si próprio, o mesmo vale na sala de aula. Melhor que o professor dizer como é a vivência indígena, são os próprios povos apontarem suas questões, sua cultura e seu dia a dia. Em conjunto a Lei 11.645/08 é possível criar um ensino de história decolonial que minimize as mazelas eurocêtricas e utilize contranarrativas indígenas para maior pluralidade.

Considerações finais.

O silenciamento indígena é um problema estrutural brasileiro. Durante séculos essa parte da população foi posta à margem, sua vida foi ceifada, seus direitos foram negados e sua história foi subjugada e contada por brancos. É importante frisar que tudo isso é uma herança colonial, nossas raízes eurocêtricas desprezam a vivência indígena. A imagem desses povos foi construída a partir do conveniente à elite de cada época. O ensino nas escolas não foge dessa dinâmica excludente, quando lembrados são vistos como personagens folclóricos.

Nesse sentido, após a promulgação da Constituição de 1988 os direitos dos indígenas começam a ser formalizados, embora, não necessariamente concretizados. É na tentativa de efetivar esses direitos que surge a Lei 11.645/08 a qual modifica a LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Dessa maneira, a partir de então povos excluídos, como afrodescendentes e indígenas, devem ser escutados.

Dado isso, a etnomídia pode ser utilizada em sala de aula, aliada à Lei 11.645/08, exercendo um importante papel no ensino decolonial. A produção audiovisual Xakriabá, além de um rico artefato cultural, é capaz de ser um potente material pedagógico. Ela não apenas ilustra, mas protagoniza a contranarrativa ao silenciamento histórico, permitindo que os próprios indígenas se tornem os sujeitos e narradores de sua história no ensino.

Além dos Xakriabá existem diversos outros povos indígenas no Brasil produzindo etnomídia. Nesse sentido, embarcar nesse emblemático eixo de conhecimento, expressa limites nesse trabalho. Considero essa proposta pedagógica um ponto de partida para análise de outros tipos de produções e de diversificadas culturas, o qual só será, de fato, efetiva com a aplicação dos conteúdos nos contextos escolares reais.

Ademais, após o exposto, compreendo que seria de grande valor que essa pesquisa seja continuada. Por exemplo, é possível aplicar a mesma lógica metodológica à etnomídia de outros povos, como os Guarani-Kaiowá ou os Yanomami. Outra possibilidade é analisar a recepção e efetividade dos conteúdos por docentes e discentes em uma realidade de escola não indígena, observar seu impacto e seu real alcance.

Em resumo, ao construir conhecimento aliado à etnomídia é dar um passo contra as bases coloniais. Para além das obrigações legais, é um dever moral com a cidadania e com aqueles sujeitos subjugados. É preciso idealizar e concretizar uma educação decolonialista, que deixe de silenciar histórias e passe ser transformadora, não basta saber a existência dos povos indígenas, é necessário ouvir sua voz e dar espaço para que falem por si próprios, seus saberes e suas tecnologias.

REFERÊNCIAS

- AVILA, Milena Abreu. Colonialidade e Decolonialidade: você conhece esses conceitos?. **Politize!**, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>.
- BANIWA, Denilson. UpurandúResewara: entrevista com Denilson Baniwa. [Entrevista cedida a] Arthur Imbassahy. Usina, [s.l.], 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Kw5C32>.
- BANIWA, Gersem. Direitos humanos e direitos indígenas na perspectiva da Lei n. 11.645/2008. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Educação para as relações étnico-raciais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2019. p. 83-104.
- DEMARCHI, André. Contranarrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências. In: MIRANDA, Cynthia Mara; SOUZA, Máira Evangelista; CARVALHO, Carlos Alberto; LAGE, Leandro Rodrigues. (org.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFGM, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo: Paz e Terra, 1996
- GRÜNEWALD, R. DE A.. Nas Trilhas da Jurema. *Religião & Sociedade*, v. 38, n. 1, p. 110–135, jan. 2018.
- GOMES, Ana Maria R.; NASCIMENTO, Adelson Lages; ABREU, Rosilene de. A “escrita da cultura” na produção acadêmica Xakriabá. **Campos - Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 71-89, 2014.
- KATAHIRINE: Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas. **A Rede**. [S. l.]: Katahirine, [20--]. Disponível em: <https://katahirine.org.br/a-rede/>.
- KAYAPÓ, Edson. A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Educação para as relações étnico-raciais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2019. p. 57-79.
- _____. **Lei 11.645/08 e a Educação Indígena**. Salvador: EDIFBA, 2023. 50 p. (Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré: Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; v. 2).
- KILOMBA, Grada. Introdução; A Máscara. In: *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 27-46.
- MOTA, Liliane Rodrigues. **Estudo sobre o léxico Akwe Xakriabá**: uma proposta de escrita e uma chamada para a revitalização da língua. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2019.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. A Lei n. 11.645/08 e o ensino da temática indígena: fundamentos e desafios de um currículo intercultural para uma sociedade pluriétnica. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Educação para as relações étnico-raciais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2019. p. 141-155.

SANCHEZ, Laís Alves. **Ensino de História e a Temática Indígena**: o uso do cinema na sala de aula: uma análise do filme “Terra Vermelha”. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C.. Representações do Movimento dos Povos Indígenas na etnomídia roraimense. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 45, p. e2022123, 2022.

STEFFEN, Ananda de Jesus; SILVA, Marcia Veiga da. Etnomídias indígenas: Rádio Yandê e Mídia Indígena: educomunicação e produção de contranarrativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, Salvador (online). **Anais [...]**. Salvador: Intercom, 2020.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

XAKRIABÁ, C.; RODRIGUES, A. P.. A política e a poética de Célia Xakriabá: três discursos da primeira deputada indígena eleita por Minas Gerais (2022). *Mana*, v. 29, n. 2, p. e2023030, 2023.